



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2024

Vol. 21 Ano 21 nº 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS E DIREITO À  
CIDADE EM REGIÕES METROPOLITANAS  
PAULISTAS**

**URBAN TRANSFORMATIONS AND THE RIGHT TO  
THE CITY IN METROPOLITAN REGIONS OF SÃO  
PAULO**

**Lucia Maria Machado Bógus\***

**Pontifícia Universitária Católica – PUC**

 <https://orcid.org/0000-0002-3431-7298>

[lubogus@uol.com.br](mailto:lubogus@uol.com.br)



**Luis Felipe Aires Magalhães\*\***

**Universidade Federal do ABC – UFABC**

[lufeaires@gmail.com](mailto:lufeaires@gmail.com)

**Suzana Pasternak\*\*\***

**Universidade de São Paulo – USP**

 <https://orcid.org/0000-0002-6605-0022>

[suzanapasternak@gmail.com](mailto:suzanapasternak@gmail.com)

---

\* Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\*\* Professor visitante do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) entre 2021 e 2023. Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Legislação, Território e Gestão Democrática da Cidade, da Escola do Parlamento. Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas.

\*\*\* Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo.

**RESUMO:** O artigo analisa alguns dos impactos das desigualdades urbanas nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, com destaque para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Macrometrópole Paulista (MMP). Serão abordadas especialmente as desigualdades sócio espaciais, com destaque para as carências habitacionais e a expansão das favelas, indicativas do aumento da pobreza urbana e da ausência de políticas que assegurem o direito à Cidade.

**PALAVRAS - CHAVE:** Urbanização; macrometrópole paulista; favelas.

**ABSTRACT:** The article analyzes some of the impacts of urban inequalities in the metropolitan regions of the state of São Paulo, with emphasis on the municipalities of the Metropolitan Region of São Paulo (RMSP) and Macrometropolis Paulista (MMP). In particular, socio-spatial inequalities will be addressed, with emphasis on housing shortages and the expansion of favelas, indicative of the increase in urban poverty and the absence of policies that guarantee the right to the City.

**KEYWORDS:** Urbanization; São Paulo macrometropolis; favelas.

**E**ste artigo analisa alguns dos impactos das desigualdades urbanas nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, com destaque para os municípios da região metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Macrometrópole Paulista (MMP). Serão abordadas especialmente as desigualdades sócio espaciais, com destaque para as carências habitacionais e a expansão das favelas, como parte dos processos de exclusão social que marcam a expansão das cidades em nosso país. Utilizamos dados censitários, já englobando alguns dos resultados do Censo Demográfico de 2022, sobretudo no que se refere ao crescimento populacional, e dados preliminares sobre favelas, ambos levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Parte-se do suposto de que a habitação é um dos elementos centrais do Direito à Cidade, a partir do qual os demais direitos podem ser assegurados, por meio de políticas públicas voltadas à distribuição mais justa dos serviços urbanos e de melhores condições de vida urbana. Pretende-se, também apontar como a expansão territorial e as taxas de crescimento populacional dos

municípios que compõem as regiões metropolitanas paulistas, produziram, a um só tempo, processo de segregação socioespacial e formas de reprodução social marcados por disputas pelo espaço nas cidades. Reproduziu-se em todos os municípios dessas regiões o modelo de expansão centro-periferia, que marcou a expansão das grandes metrópoles nacionais, com a formação - nas áreas periféricas das cidades - de núcleos de favelas e loteamento irregulares, com habitações precárias, sem saneamento básico e muito congestionadas, indicativas de situações de extrema pobreza.

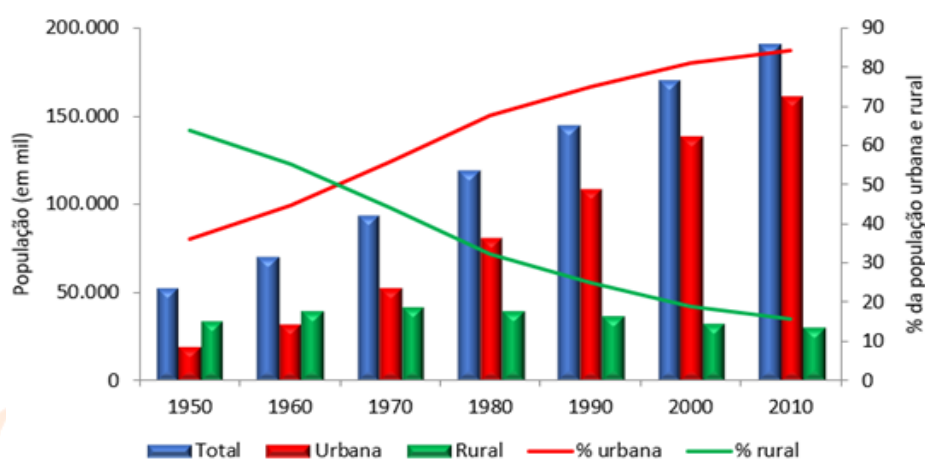
Para desvendar alguns meandros desses processos que envolvem as condições de vida urbana e considerando o Direito à Cidade como um Direito Humano fundamental, partiremos da análise das dinâmicas demográficas, sociais e urbanas para analisar as condições da urbanização e da metropolização no Brasil, bem como as carências a que estão submetidos os grupos vulneráveis nas cidades.

Neste artigo, a reflexão sobre os processos de urbanização, metropolização será realizada especificamente para a capital paulista, a Região Metropolitana de São Paulo e a Macrometrópole Paulista, importante nova espacialidade que emerge no Estado de São Paulo, com ênfase na compreensão do processo de transição urbana, considerado por nós como um elemento definidor das novas dinâmicas regionais e espaciais no Brasil, especialmente na segunda metade do Século XX.

Em termos gerais, a transição urbana alterou a composição regional no Brasil, caracterizada pela inversão, entre as décadas de 1940 e 1970, do rural ao urbano, que passou a ser o espaço predominante da concentração populacional no país. A passagem, ao longo de 4 décadas, de um país majoritariamente rural, para um país majoritariamente urbano, consistiu num processo vinculado a transformações econômicas que foram, ao mesmo tempo, causa e efeito desta transição, com destaque para a industrialização. Conforme apresentado no Gráfico 1, a população brasileira na década de 1950 ainda era

predominantemente rural, todavia o maior crescimento populacional em contextos urbanos, decorrente das migrações internas atraídas e absorvidas pela indústria em expansão, eleva a participação relativa da população urbana em relação à população total do país, e já na década de 1970 o Brasil torna-se predominantemente urbano.

**Gráfico 1.** A transição urbana brasileira (população total e relativa, rural e urbana, 1950 a 2010)



Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Embora o crescimento da população urbana fosse um processo estrutural, decorrentes das transformações econômicas e sociais brasileiras gestadas desde a passagem do século XIX ao XX e consolidados entre os anos 1950 e 1970, não se trata, no entanto, de um processo homogêneo, uniforme: a modernização capitalista no país, através da industrialização, absorve elementos característicos de sua formação colonial, tal como as intensas desigualdades regionais. Concentrada na Região Sudeste, a industrialização explica porque a própria transição urbana foi mais intensa nesta grande região, embora tenha atingido, também de forma importante, as capitais das regiões Sul, Nordeste e Norte do país.

As características mais importantes do processo de transição urbana no Brasil foram o rápido crescimento populacional, a intensa concentração

populacional em grandes cidades e os fluxos migratórios do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Paraná para o trabalho na indústria, em crescimento no Sudeste.

A industrialização brasileira, iniciada já no final do Século XIX, mas impulsionada, ainda que de forma involuntária, pré-keynesiana, pelas medidas tomadas pelo Governo de Vargas para a defesa e proteção da produção cafeeira após a crise de 1929 e a Grande Depressão que lhe seguiu, aprofunda-se, nas décadas seguintes, em razão do aporte de capital estrangeiro e de investimentos do Estado, aí sim já voltados oficialmente para uma política de Industrialização, via Substituição de Importações. Neste âmbito, inserem-se os investimentos do Estado em áreas estratégicas, através de Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs). Este processo teve no setor automobilístico o seu eixo mais dinâmico. Esta indústria, concentrada na Região do ABC Paulista, foi central para o próprio processo de urbanização e, subsequentemente, de metropolização, a partir da capital paulista.

De acordo com Bógus (2004), o mais relevante fenômeno urbano no Brasil durante a década de 1970 foi a criação e consolidação das Regiões Metropolitanas (RMs). A metrópole, gestada ao longo das décadas anteriores, se consolidou nas décadas seguintes, de forma crescentemente institucionalizada, e se estabeleceu a partir de uma dinâmica e complexa rede de relações e estruturas geográficas, econômicas, políticas, sociais e de infraestrutura.

O processo de metropolização pode ser analisado a partir de diversos temas, enfoques teóricos e indicadores. A dinâmica da metropolização brasileira passou por diferentes fases durante o século XX e ainda passa por transformações neste século. A metropolização está ligada ao processo de urbanização, capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos. Nesse sentido, a metrópole é considerada a partir de características desses aglomerados que lhes permitem constituírem-se como centros do poder econômico, social e político. Portanto, são unidades

capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local. Entre essas características, ressalta-se a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. O processo de metropolização passa por tais características e as transformações na natureza e na configuração espacial das cidades levam a níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012, p. 2).

Especialmente enquanto vigorou o período de maior expansão industrial no Brasil (décadas de 1940 a 1970), a mobilidade espacial resultava em mobilidade social.

Os fluxos migratórios, que contribuíam para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas. Não resta dúvida que se abria uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para uma enorme parcela da população. Durham tinha razão quando chamava atenção para a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, que articulava a mobilidade espacial com a mobilidade social. Aliás, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira<sup>11</sup>. Nunca, como nesse período da história brasileira, as oportunidades foram tantas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade. Os caminhos percorridos pelos migrantes, através das grandes trajetórias migratórias, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. Os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana (BRITO, 2009, p. 13).



Com o esgotamento do processo de expansão industrial, o progressivo desmonte de estruturas de proteção social no país e a diminuição do papel do Estado na Economia (rompimento de um pacto de classes que caracterizou o período anterior), passou a haver gradativa divórcio entre a mobilidade espacial e a mobilidade social, com consequências importantes do ponto de vista da vida nas cidades - e do Direito à Cidade. Especialmente após o fim dos anos 1970, o processo de periferização e favelização avançaram nas cidades brasileiras, condenando contingentes populacionais cada vez maiores à situação de vulnerabilidade e exclusão social.

O fim da década de 1970 e, especialmente, os anos 80, apresentaram transformações econômicas que viriam a impactar de forma decisiva a estrutura urbana das metrópoles brasileiras, incluindo a RMSP. É importante considerar que o capitalismo global, neste período, já não estava mais na chamada “*golden age*” (GASPAR, 2015), período de estabilidade, crescimento e renovação no capitalismo que havia caracterizado as três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o Estado diminuía seus gastos públicos, e a própria geração de emprego e renda daí resultante. O Programa Nacional de Desestatização (ironicamente também PND) expressava um deslocamento crescente à economia de mercado de setores e empresas até então estatais. Este processo veio acompanhado de crescimento do desemprego. Na cidade de São Paulo, a crise social avolumou-se com o crescimento da informalidade e o encarecimento do espaço urbano não apenas na cidade como também em seus arredores mais próximos. Resultou daí o deslocamento de contingentes populacionais para o interior, que por sua vez concorreu para o maior crescimento das cidades médias.

Os anos 80 e 90 e os primeiros anos dos anos 2000 consolidam uma tendência, deixando as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, perderam posições no ranking das maiores taxas de crescimento do país. O ritmo de crescimento da população



urbana apresentou expressivos decréscimos a partir dos anos 1980, indicando a importância da espacialização e da utilização da dimensão territorial para o entendimento dos processos demográficos. Desse modo, o crescimento das pequenas e médias cidades, retratado pelo Censo de 1991 e de 2000, bem como as novas realidades da dinâmica regional contribuíram significativamente para minimizar o caos urbano-metropolitano que se previa. Por outro lado, a emergência de novas aglomerações urbanas, centros e sub centros metropolitanos e não metropolitanos, bem como os crescimentos dos pequenos municípios, ancorados nos espaços das aglomerações urbanas, constituem os novos arranjos espaciais no desenho da rede urbana brasileira (BAENINGER, 2010, p. 210).

Nas regiões mais industrializadas da RMSP, o crescimento das mobilizações sindicais e a busca das empresas por força de trabalho mais barata contribuíram para um processo de reconversão econômica. É importante aprofundar esse ponto para compreendermos a formação da própria Macrometrópole Paulista.

A crise social dos anos 1970 e 1980 foi, essencialmente, uma crise no padrão de acumulação da economia industrial brasileira e, com isso, a indústria passou a se deslocar territorialmente (CANO, 2007). O setor industrial, até então concentrado na capital paulista, iniciou um processo de desconcentração, buscando outras regiões que oferecessem, ao mesmo tempo, localizações estratégicas, custos menores de transporte e da terra, força de trabalho menos sindicalizada e ganhos advindos de isenções fiscais. A redução dos custos, para além de estratégias históricas já utilizadas pela indústria, como a super-exploração da força de trabalho (MARINI, 2000), era necessária tendo em vista a defasagem técnico - científica da indústria brasileira e sua dependência tecnológica, que não lhe oferecia outro fator de produção a enxugar que não a força de trabalho e seus encargos. O parque industrial brasileiro, embora motor das transformações estruturais que promoveram inegáveis avanços econômicas e sociais e profundas mudanças regionais e urbanas, já encontrava-se, no padrão de acumulação anterior (fordista e taylorista), defasado, e aprofunda



esta defasagem no padrão de acumulação emergente, o toyotismo - com impactos profundos sobre sua indústria.

A reconversão econômica expressa, portanto, a diminuição do peso relativo da indústria no PIB, primeiramente no município de São Paulo e depois em cidades como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. O deslocamento de instalações fabris para outros municípios da RMSP (como Barueri, Osasco, Cajamar, Mauá e Carapicuíba) condicionou a criação de novas hierarquias urbanas, alterando as mobilidades intra-urbanas, os movimentos pendulares e as próprias relações econômicas entre os municípios, de complementariedade e, também, de crescente concorrência, acrescentando ao contexto urbano a relação de cooperação antagônica.

A desindustrialização e a reconversão econômica na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo promovem e condicionam três processos intimamente interligados: a redução do crescimento populacional, como consequência da desconcentração industrial, a formação de novas espacialidades, como a Macrometrópole Paulista, e a expansão de formas de habitação precárias, tendo em vista as próprias crises econômica e social deflagradas pela expansão do neoliberalismo e seu padrão de acumulação. Analisaremos estes processos na sequência.

## **A MACROMETRÓPOLE PAULISTA**

O município de São Paulo, com isso, passou, ao longo das últimas décadas, de uma cidade predominantemente industrial para uma cidade predominantemente de serviços, com uma expansão significativa nos segmentos e atividades econômicas de baixa qualificação dentro do setor de serviços. Isso condicionou de forma direta a atração e absorção de trabalhadores de perfis sócio ocupacionais sensivelmente distintos, tais como os imigrantes bolivianos, especialmente desde os anos 1980, e os imigrantes haitianos, desde

2011, bem como imigrantes trabalhadores do conhecimento (perfil de mais alta qualificação).

O conjunto destas novas dinâmicas promoveu o espraiamento da atividade industrial dentro e para além da RMSP, promovendo a formação de uma nova espacialidade no Estado de São Paulo, a Macrometrópole Paulista.

Segundo Gaspar, Aparício e Bessa (2015), “a capital paulista, desde os anos 90, se consolidou como centro sofisticado de serviços corporativos e financeiros” (GASPAR, APARÍCIO e BESSA, 2015, p 33). Mas já no fim do século passado notava-se que o estado de São Paulo apresentava amplo e complexo sistema de cidades, com intensa rede de articulações funcionais, centralizada em torno da RMSP. Este espaço constituiu a Macrometrópole Paulista, compreendendo aglomerações urbanas num raio de aproximadamente 200 km em redor da capital (LENCIONI, 2011).

O complexo industrial e de serviços, que podemos chamar de macrometropolitano, compreende as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Baixada Santista, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a Unidade Regional de Bragantina. A macrometrópole é um complexo de metrópoles localizadas ao redor da Grande São Paulo e surgiu através do processo de conurbação entre os centros metropolitanos paulistas, que com 20,9 milhões de habitantes é uma das mais populosas aglomerações urbanas do mundo. São 174 municípios que concentravam, em 2010, 73,3% do total da população paulista, 83,4% do Produto Interno Bruto estadual e 27,6% do PIB brasileiro, abrigando 50% da área urbanizada do Estado. Trata-se de uma mega-região caracterizada por uma localização industrial fragmentada, uma urbanização extensiva, cidades polinucleadas, desconcentração e fragmentação espacial, rede urbana hierarquizada em função dos centros de comando. E a maior concentração de atividade econômica nesta região produz, também, relações e territórios de informalidade, marginalidades e vulnerabilidades.

Há, na Macrometrópole Paulista, distintos perfis de imigrantes internacionais, diversidade esta que resulta das especificidades das estruturas produtivas dos municípios polos das regiões que formam a região. A diversidade dos fluxos e a complexidade de suas inserções laborais e interações sócio culturais compõem aspecto importante da tendência da interiorização das migrações internacionais no estado de São Paulo. Não apenas fluxos já históricos na cidade de São Paulo, como de bolivianos e peruanos, estão cada vez mais presentes nos municípios do interior, como também fluxos importantes destes municípios, como os de bengalis em Sorocaba e chineses em Campinas e Piracicaba, chamam a atenção para novos processos migratórios que têm em São Paulo cidade de trânsito e não mais de destino. E São Paulo constituir-se como etapa, trânsito, e não mais destino, é, como vimos, uma manifestação da própria reconversão econômica e seus impactos na estrutura do mercado de trabalho e na dinâmica das migrações, não apenas internas como também internacionais.

A formação da Macrometrópole Paulista resulta, portanto, de um processo anterior de desconcentração produtiva, emanado a partir de São Paulo e sua região metropolitana. Uma consequência importante desta “desconcentração concentrada” da produção industrial é a própria desconcentração populacional.

Após atingir seu auge na década de 1970, a concentração industrial e populacional na cidade de São Paulo e em sua Região Metropolitana passa a dissipar-se, como consequência do deslocamento das atividades produtivas. Este processo, que forma por fim a Macrometrópole Paulista enquanto nova espacialidade, não é um processo uniforme, e as suas heterogeneidades expressam diretamente o atual padrão de crescimento populacional metropolitano.

## CRESCIMENTO POPULACIONAL DESIGUAL EM SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Desde a década de 1960, mas de forma mais acentuada a partir da década de 1980, a Região Metropolitana de São Paulo passa por um processo de redução das suas taxas geométricas de crescimento populacional. Não é, conforme podemos visualizar no Gráfico 2, um processo homogêneo, uniforme, mas sim caracterizado por particularidades temporais importantes quanto às suas sub-regiões.

As distintas trajetórias do crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo entre 1960 e 2022 expressam as próprias alterações no padrão de redistribuição espacial da população na RMSP.

Já em 1960, em relação à década de 1950, o município polo, a cidade de São Paulo, crescia abaixo da média metropolitana, tendo em vista, sobretudo, o crescimento acentuado das atividades produtivas e a expansão populacional nas sub-regiões Oeste (onde está Osasco), Sudeste (onde está o ABC Paulista) e Leste (onde está Guarulhos).

Em 1970, em relação à década de 1960, é a sub-região Sudoeste (formada pelos municípios de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista) a que apresenta as maiores taxas de crescimento populacional. Junto da sub-região Norte (formada pelos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã), são as únicas que apresentaram crescimento desta taxa em relação ao período anterior.

Em 1980, em relação à década de 1970, as sub-regiões Sudoeste<sup>1</sup> e Sudeste (formada pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul)

<sup>1</sup> A manutenção de elevadas taxas de crescimento populacional na sub-região Sudoeste está, neste período, mais associada não às atividades produtivas e seu efeito em termos de atração e absorção populacional, mas sim aos baixos volumes populacionais a que estas taxas se referem.

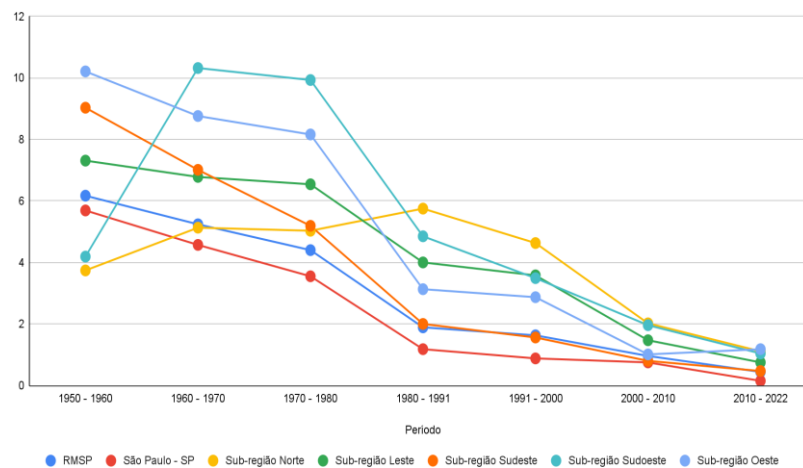
seguem apresentando as maiores taxa de crescimento populacional, indicando claramente a concentração das atividades produtivas, sobretudo industriais, na sub-região Sudeste.

Em 1991, em relação à década de 1980, é quando ocorrem as mais acentuadas quedas nas taxas de crescimento populacional. Na RM, a taxa, que havia sido de 4,4% na década de 1970, despencou para 1,89 nesta década de 1980. Esta redução é causada, sobretudo, pela queda da taxa na cidade de São Paulo e nas sub-regiões Oeste, Sudoeste e Sudeste. É a sub-região Norte a que passa a apresentar as maiores taxas de crescimento populacional, de 5,75%, bastante acima da média metropolitana.

A redução da taxa de crescimento populacional acentua-se na década de 1990 na RM (1,63%). A sub-região Norte segue sendo a que mais cresce (4,63%). Na primeira década do século XXI, anos de retomada do crescimento econômico e de conciliação entre um esforço de reversão da tendência de desindustrialização vigente desde a década de 1970 com uma clara reprimarização produtiva em decorrência do *boom das commodities*, a RM cresce apenas 0,96% e a cidade de São Paulo, 0,75%. Nesta década (e na seguinte), ocorre uma clara convergência entre as taxas, que se situam entre a mais baixa, justamente a de São Paulo, e a mais alta, a da sub-região Norte, num intervalo entre 0,75% e 2,02% respectivamente.

No período mais recente (2010 a 2022), passa a ser a sub-região Oeste, e não mais a Norte, a que apresenta as maiores taxas de crescimento populacional. Trata-se de uma consequência da própria expansão econômica dos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba e do crescimento das ocupação precária e irregular no município de Carapicuíba. É relevante registrar a queda acentuada da taxa de crescimento populacional na cidade de São Paulo, de 0,75 entre 2000 e 2010, para 0,15, entre 2010 e 2022. A capital paulista, cidade mais rica e excludente do país, vai se aproximando da condição de redução absoluta de sua população.

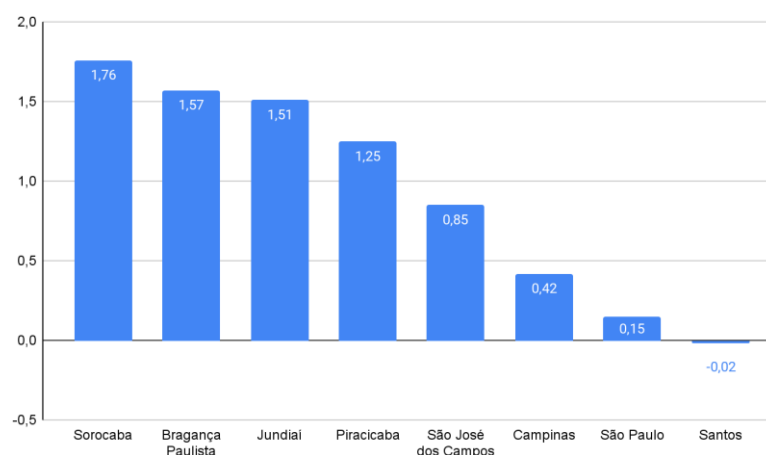
**Gráfico 2.** Taxas geométricas de crescimento populacional (Região Metropolitana de São Paulo e sub-regiões, de 1960 a 2022, em %)



Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

A taxa de crescimento populacional da RMSP em 2022 (0,44%) está abaixo da estadual (0,62%) e da nacional (0,52%). No âmbito da Macrometrópole Paulista, no entanto, os municípios polo de suas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Unidades Regionais, têm apresentado taxas significativamente maiores, exceção feita a Santos (-0,02%).

**Gráfico 3.** Taxas geométricas de crescimento populacional (municípios polo das RMs, AUs e URs da MMP, 2022, em %)



Fonte: Censo Demográfico de 2022.

Os municípios de Sorocaba (1,76%), Bragança Paulista (1,57%), Jundiaí (1,51%), Piracicaba (1,25%) e mesmo São José dos Campos (0,85%) e Campinas (0,42%) apresentam taxas maiores que as do município de São Paulo, o que indica a necessidade premente de um olhar atento sobre as dinâmicas urbanas, econômicas e sociais em curso nestes municípios e em suas regiões.

Deste modo, uma destas dinâmicas mais relevantes para os objetivos deste trabalho é, justamente, suas formas de habitação precária, particularmente a favela.

É importante destacar que a Macrometrópole Paulista é, seguramente, a região brasileira mais integrada ao capitalismo global e sua divisão internacional do trabalho, e isso impacta de forma direta a presença das cidades que compõem esta cidade-região em cadeias mercantis de valor nas quais, em uma ou mais etapas, vinculam-se formas precárias de trabalho.

Destas formas precárias de trabalho decorrem condições de vida nas cidades e formas de morar igualmente marcadas pela precariedade, como é o caso das favelas, que apresentaram um crescimento digno de nota em alguns municípios da Macrometrópole Paulista e da Região Metropolitana de São Paulo.

## FAVELAS NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Embora a favela ainda seja um fenômeno associado à grande metrópole, nos anos 2000 ela já aparece em todo o estado de São Paulo, sobretudo nos municípios da Macrometrópole. Em 2000, 60 municípios do estado apresentavam favelas (9,30% dos municípios estaduais). Em 2019, este percentual eleva-se para 15,19% dos municípios, num total de 98 cidades com pelo menos uma favela, um aumento de 38 municípios. Este fato, em si, já mostra como a obtenção de moradia se dificultou no início do Século XXI,



forçando moradores a ocuparem terras com problemas legais e, não raro, problemas de risco. Observando-se as cidades, poucas das que tinham domicílios em favelas em 2010 deixaram de tê-los em 2019. E muitas onde este fenômeno não aparecia em 2010 viram surgi-lo depois de uma década.

A grande concentração de assentamentos precários acontece nos municípios macrometropolitanos: em 2010, 48 entre as 60 cidades do estado de São Paulo que apresentavam favelas localizavam-se na MMP (80%). Em 2010, essa proporção era ligeiramente menor, mostrando a disseminação por todo tecido urbano estadual deste tipo de assentamento (76 em 98 municípios, 77,55% dos municípios). Este dado indica fenômeno coincidente com o que foi observado para o Brasil como um todo: para o país, o número de assentamentos subnormais passou de 3.187 em 1991 para 6.329 em 2010 e chegou a 13.151 segundo os dados preliminares de 2019. “Aumentou também o número de municípios brasileiros com pelo menos 1 favela em seu tecido urbano, de 323 em 210 para 734 em 2019. Ou seja, num período de nove anos tem-se mais que o dobro de municípios no país com presença de favelas. A maior proporção de municípios com favelas encontra-se no Sudeste, e a menor, no Centro-Oeste.” (PASTERNAK e BOGUS, 2022, p 95).

**Tabela 1.** Municípios com favela, domicílios favelados e taxas de crescimento domiciliar na Macrometrópole Paulista (2010 e 2019, por unidade regional)

unidade territorial	municípios			domicílios favelados		taxa de
	total	com favela		2010	2019	crescimento 2010-2019
		2010	2019			
RM Baixada Santista	9	6	8	83.543	95.809	1,53%
RM Campinas	20	6	5	43.508	97.828	9,42%
<b>RM São Paulo</b>	<b>39</b>	<b>24</b>	<b>32</b>	<b>596.479</b>	<b>866.177</b>	<b>4,23%</b>
RM VPLN	39	3	13	5.044	21.228	17,31%
RM Sorocaba	27	4	9	1.639	7.517	18,44%
AU Jundiaí	7	2	4	6.175	9.995	5,50%
AU Piracicaba	23	2	3	4.497	2.534	-6,17%
UR Bragantina	10	1	2	354	951	11,61%
<b>MMP</b>	<b>174</b>	<b>48</b>	<b>76</b>	<b>741.239</b>	<b>1.102.039</b>	<b>4,51%</b>
<b>Estado São Paulo</b>	<b>645</b>	<b>60</b>	<b>98</b>	<b>1.497.602</b>	<b>1.666.813</b>	<b>1,20%</b>

Fonte: IBGE Censo de 2010; Pesquisa preliminar de 2019.

Nos 9 anos da análise, os domicílios em favela na Macrometropole aumentaram em mais de 357 mil. O aumento foi grande na Região Metropolitana de São Paulo (quase 266 mil) e na Região Metropolitana de Campinas (54 mil). Apenas na Aglomeração Urbana (AU) de Piracicaba observou-se uma diminuição de domicílios favelados, no caso devido à erradicação das favelas na cidade de Cordeirópolis. Na Região Metropolitana de Campinas, os municípios de Paulínia e Santa Barbara d' Oeste também não tiveram favelas computadas em 2019, mas Cosmópolis, Campinas, Hortolândia e Sumaré aumentaram as unidades habitacionais em assentamentos subnormais, e Americana, que não apresentava favelas, mostrou 120 domicílios em favelas em 2019. Na Baixada Santista, onde 6 municípios tinham favelas em 2010, em 2019 todos os 8 apresentavam este tipo de aglomerado. Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, houve um acréscimo de 8 municípios com pelo menos 1 favela. Na Região Metropolitana de Sorocaba, em 2010, 4 cidades tinham favelas, número que sobe para 9 em 2019. Na Aglomeração Urbana de Jundiaí, em 2010, 2 municípios apresentavam favela; em 2019, já eram 4. E na Unidade Regional (UR) de Bragantina, em 2010 apenas Atibaia tinha 354 domicílios favelados; em 2019, Atibaia mostrava 921 casas em favela e Bragança Paulista, 30.

Observa-se, pela Tabela 1, que a taxa de aumento dos domicílios favelados na MMP foi de 4,46% ao ano, bastante elevada e maior que a taxa de crescimento do total dos domicílios. Na RMSP, a taxa de crescimento dos domicílios entre 2010 e 2019 foi de 1,67%, enquanto a das casas em favela chegou a 4,20% ao ano.

As taxas são extremamente elevadas nas Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Vale do Paraíba Litoral Norte, embora a maioria dos domicílios, e, portanto, da população moradora em favela concentre-se na RMSP. Apenas os municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco e Diadema contabilizaram 640.988

casas em favelas, 74% das casas em favela da metrópole. Por sua vez, a RMSP, com um total de 866.177 unidades habitacionais em favela, representa 16,89% dessas unidades em 2019 no país.

**Tabela 2.** Domicílios totais e favelados na RMSP (2000, 2010 e 2019)<sup>2</sup>

unidade territorial	domicílios totais			domicílios favelados			proporção de domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2000	2010	2019	2000	2010	2019
município de São Paulo	3.039.104	3.576.864	4.104.611	225.133	355.756	529.921	7,41%	9,95%	12,91%
outros municípios	2.040.084	2.512.983	2.962.656	188.220	2.440.723	336.256	9,23%	9,58%	11,35%
região metropolitana	5.079.188	6.089.847	7.067.267	413.353	596.479	866.177	8,14%	9,79%	12,26%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. Pesquisa 2019.

Conforme mostra a Tabela 2, a proporção de domicílios em favelas vem aumentando desde 2000. Assim, essa proporção, que era de 9,23% em 2000, passou a 9,58% em 2010 e alcançou 11,35% em 2019. Embora a favelização esteja atingindo os municípios da periferia metropolitana, na última década a concentração relativa aumentou na capital. O custo do transporte e a verticalização das moradias faveladas aumentou a oferta no município central, perto de empregos e oportunidades de rendimentos. Coloca-se também a hipótese de aumento da oferta de unidades de aluguel e de unidades encortiçadas em favelas.

Sintetizando, a estrutura metropolitana aumentou os sinais de fragilidade e segregação, com aumento de favelas nas cidades da Macrometrópole, na região metropolitana e na capital. Alguns trabalhos, analisando as favelas recentes, enfatizaram sua precariedade: 43% das favelas recentes eram constituídas majoritariamente de madeira e com cobertura de fibrocimento (SENGER, 2019). A precariedade habitacional revela-se claramente e concentra-se na metrópole e nos municípios da Macrometrópole.

<sup>2</sup> O Censo de 2022 forneceu 7.605.023 domicílios para a RMSP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos analisar a manifestação das desigualdades urbanas em duas escalas espaciais, a Região Metropolitana de São Paulo e a Macrometrópole Paulista. Refletimos sobre como as tendências econômicas e populacionais em curso têm consolidado a Macrometrópole Paulista enquanto espacialidade emergente, concentradora da atividade econômica, inclusive a industrial, liberada pela Região Metropolitana de São Paulo.

As taxas geométricas de crescimento populacional, vistas de 1960 a 2022, ao revelarem valores mais baixos no município de São Paulo, indicam que o crescimento populacional se dispersou primeiro de forma ainda concentrada na Região Metropolitana e depois na Macrometrópole Paulista. O crescimento de regiões metropolitanas como as de Campinas, Sorocaba e do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, bem como dos Aglomerados Urbanos de Jundiaí e Piracicaba expressam a consolidação destas regiões às cadeias mercantis de valor, processo integrante da diversificação e da complementaridade produtiva destas regiões entre si e com a RMSP, processo este que forma, por fim, a Macrometrópole Paulista. Enquanto lócus de produção de riqueza, a região produz, dialeticamente, pobreza, formas precárias de trabalho e de habitação.

Deste modo, refletimos sobre o processo de favelização em curso na Região Metropolitana de São Paulo. Um aspecto importante deste processo é que não se trata de algo homogêneo, uniforme, mas sim de uma tendência urbana (dada a ausência de políticas efetivas de direito à cidade) complexa e diversificada. Esta tendência revela aspectos distintos não apenas quantitativa como também qualitativamente entre as favelas da cidade de São Paulo e as favelas de seu entorno metropolitano. Enquanto na cidade de São Paulo as favelas consolidam-se, se verticalizando e inclusive apresentando uma certa formalização da ocupação do solo, com sistemas de compra e venda e de aluguéis de moradias precárias, no entorno macrometropolitano as favelas se

expandem com mais intensidade e horizontalidade, inclusive em cidades que não apresentavam favelas antes do último levantamento específico utilizado neste artigo (2019).

Outra consequência importante da atual etapa do processo de urbanização em São Paulo e em seu entorno metropolitano, que por não constituir objeto deste artigo não pudemos aprofundar mas que compõe, desde já, uma agenda de pesquisa futura, é a auto-segregação em curso, expressa sobretudo nos condomínios fechados, horizontais, correspondentes ao terceiro padrão da segregação socioespacial em São Paulo (Caldeira, 2000). Embora seja um processo radicalmente distinto da favelização, é inegável não apenas sua proximidade espacial cada vez maior como as próprias raízes estruturais em comum, sobretudo no que se refere à ausência de regulação do uso do solo e de planejamento urbano.

Os processos de crescimento populacional desigual, periferização e favelização são faces distintas mas interligadas de uma mesma condição: a produção social do espaço urbano sob hegemonia do capital e ausência de políticas públicas habitacionais. Este é, precisamente, um projeto de cidade, “que está alicerçado na concepção ultraliberal e seu receituário de austeridade, privatização e aprofundamento da dominação rentista-financeira – que a partir de 2016 incorporou a estratégia de destruição do que resta de instituições que materializaram os compromissos redistributivos criados a partir da Constituição de 1988 – e de apropriação dos ativos públicos” (RIBEIRO, 2002, p. 10). Para além desta concepção, emerge outra, radicalmente oposta, erigida a partir da agenda da reforma urbana. Esta concepção revela um duplo desafio da questão urbana contemporânea: a necessidade de uma reforma urbana, capaz de ampliar e universalizar saneamento básico, oferecer melhores condições de mobilidade urbana (intra e inter municipal) e democratizar o acesso à moradia digna. A timidez e a irregularidade das políticas públicas nestes três eixos condicionam o segundo e persistente desafio: o do Direito à

Cidade. Na cidade de São Paulo, por exemplo, há população residindo em favelas em 86 de seus 96 distritos (NOSSA SÃO PAULO, 2022) - processo, portanto, ao mesmo tempo difundido, consolidado e desigual, dado que em alguns distritos, como Vila Andrade, a população residente nestas condições chega a ser de 32,7%<sup>3</sup>; outra dimensão de suas desigualdades sócio - espaciais reside na esperança de vida ao nascer. A diferença de 21 anos entre viver nos Jardins (esperança de vida ao nascer de 80 anos) ou no Iguatemi (esperança de vida ao nascer de 59 anos) revela que o direito à cidade é, cada vez mais, o direito à própria vida na cidade (NOSSA SÃO PAULO, 2022).

As tendências econômicas e populacionais em curso, analisadas neste artigo, nos legitimam a concluir que as contradições urbanas vigentes há décadas na cidade de São Paulo (segregação, vulnerabilidade e intensas desigualdades sócio - espaciais, permeadas por gentrificação e favelização) e que já estão em curso nos municípios polo das Regiões Metropolitanas da Macrometrópole Paulista (como Campinas e Santos) serão, também, a tônica urbana dos municípios de pequeno e médio portes da região. Este futuro, apontado não como certeza mas como tendência, sem ignorar portanto o seu caráter social a partir de condições não apenas estatísticas como sobretudo de método de compreensão da realidade (Santos, 1993), apresentará a todos nós o desafio de pensar, e construir, o direito à cidade para além dos contornos de uma só cidade!

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

---

<sup>3</sup> Aqui, cabe uma observação importante: diferente dos dados sobre favelas utilizados e discutidos até este momento, provenientes do IBGE, tratamos agora de estimativas da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (SEHAB). Em que pese não serem, estes últimos, dados censitários, são, ainda, os dados mais atualizados sobre a questão habitacional na capital paulista.

BAENINGER, Rosana (Org). **População e Cidades** – Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

**Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.** Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/bancointerativo.html>. Acesso em: Agosto de 2023.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **Perfil Demográfico Brasileiro: Mitos e mudanças.** In: CHAIA, A.A.; CHAIA, M (Orgs.). Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos. São Paulo: EDUC, 2004.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005.** São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Macrometrópole Paulista 2012.** São Paulo, 2012.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.**

GASPAR, Ricardo Carlos. A Trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. In: **Cadernos Metrôpole,** São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 265-296, maio 2015

GASPAR, R. C., APARICIO, C. A. P. e BESSA, V. C. (2015). **A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna.** In: BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomeração urbana. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

PASTERNAK, S. e BÓGUS, L. M. M. **Favelas em números.** In: ALVIM, A. B. T e RUBIO, V.M. Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas. Barueri, Ed Manole, p. 70-99, 2022.



MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

Rede Nossa São Paulo. **Mapa da Desigualdade - 2022**. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022\\_Tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf). Acesso em Agosto de 2023.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Prefácio: Reformar a cidade, reconstruir a nação**. In: BÓGUS, L. M. M et al (Orgs). **Reforma Urbana e Direito à Cidade - São Paulo**. 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SENGER, S. **Favelas recentes na metrópole de São Paulo. Um olhar sobre o surgimento e a territorialidade**. Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP, área de concentração Habitat. 2019.

Observatório Das Metrópoles. **Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e Aus à Dinâmica da Metropolização**. Disponível em <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O.pdf>



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

**RECEBIDO EM: 04/09/2023**

**PARECER DADO EM: 07/11/2023**